

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Índios de Mato Grosso no Século XIX: Política Indigenista em Tempos de Guerra*

Rosely Batista Miranda de Almeida**

Resumo: Este artigo pretende analisar as representações sociais sobre alguns grupos indígenas que ao longo do século XIX habitavam as terras da Província de Mato Grosso, mais diretamente àqueles cujos territórios estavam situados na região do Pantanal. Busca-se demonstrar como estes índios foram submetidos e quais as estratégias de submissão utilizadas, desde catequese até o recrutamento militar. O interesse maior é discutir a participação desses indígenas na Guerra com o Paraguai (1864-1870), quando somaram-se a outros soldados como braços nos campos de batalha. Nossa proposta tem como fonte documentos manuscritos do Arquivo Público de Mato Grosso e abordagens bibliográficas, como Manuela Carneiro da Cunha e Cláudio Alves de Vasconcelos.

Palavras – chave: Política indigenista, guerra, catequese.

Abstract: This article intends to analyze the social representations about some indian group that through the 19th century inhabited the lands of Mato Grosso Province, especially those whose territory were located in the Pantanal region. It is wanted to demonstrate how these indian were submitted and which were the submission strategies used, since the catechism until the military recruitment. The biggest desire is to discuss the participation of these Indian in the War against Paraguay (1865-1870), when they gathered to other soldiers as arms in the battle field. Our proposition has its source in the manuscripted documents from the Mato Grosso Public Archive and bibliographic approachs, as Manuela Carneiro da Cunha and Cláudio Alves de Vasconcelos.

Key words: Indigenous politics, war, catechism.

Os grupos nativos de diversas etnias da Província de Mato Grosso, desde a segunda metade do século XVIII vinham mantendo aproximação e contato com a sociedade não-índia; mantinham relações com soldados e comandantes das unidades colonizadoras da região. Estes vínculos se acentuaram, entretanto, com a política imperial voltada à fundação de missões, principalmente depois de 1846 com a criação da Diretoria Geral dos Índios na Província de Mato Grosso.

Este artigo pretende analisar as representações sociais sobre alguns grupos indígenas que ao longo do século XIX habitavam as terras da Província de Mato Grosso, mais diretamente àqueles cujos territórios estavam situados na região do Pantanal. Busca-se

** Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso.

demonstrar como estes índios foram submetidos e quais as estratégias de submissão utilizadas, desde catequese até o recrutamento militar, assim como discutir a participação destes na Guerra com o Paraguai (1864-1870).

Este estudo procura inserir-se na nova tendência historiográfica da História Indígena, vertente que vem se ampliando desde a década de 1990 num eixo teórico-metodológico de caráter interdisciplinar. Sua principal interface se deu com a Antropologia, na busca de apoio para melhor se conhecer os grupos indígenas aqui apresentados. Mas, também se procurou incorporar questões próprias da História Cultural. Com base em Michael de Certeau (2002), pensou-se a prática narrativa da produção historiográfica para a construção de conhecimentos baseados na elaboração e investigação das diversas fontes selecionadas. A pesquisa se baseia em fontes manuscritas e impressas que estão sob a guarda do Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e do Instituto Histórico Geográfico do Estado de Mato Grosso (IHGMT).

No século XIX, a prioridade do Império pela guarda das fronteiras resultou na busca de indivíduos em condições de serem recrutados. As dificuldades decorrentes da falta de um exército organizado e das campanhas prévias junto às diversas camadas sociais no Brasil, foram fontes de estranhamento e de sérios obstáculos para o recrutamento das forças de guerra. À medida que a guerra se alongava também aumentavam as dificuldades para se obter o recrutamento dos *voluntários*. Os recursos humanos mais acessíveis, geralmente, por métodos compulsórios, estavam representados por negros, índios, criminosos, migrantes e pessoas pobres em geral. Os abusos durante os alistamentos e recrutamentos forçados passaram a ser criticados pelas autoridades políticas. Em agosto de 1869, foram estabelecidas novas regras para o recrutamento, sendo que o recrutamento dos libertos foi visto com repugnância, marca significativa do preconceito racial.

Dentre os indivíduos a serem recrutados além dos que já se achavam como praças militares ou como guardas nacionais desde as primeiras décadas do século XIX, os índios como os Guaná foram considerados *civilizados* e aptos para o serviço militar da Província. (Lata 1840. 13 de novembro. APMT). Da mesma forma, o contato com os índios Guaikurú sobre as correrias dos paraguaios nos campos de Miranda, possibilitou por parte do comando brasileiro na fronteira as medidas cabíveis para interrompê-las, sempre no sentido de defesa dos limites. (Lata 1850 C, índios Guaikurú. APMT).

Dentre os propósitos da política imperial se incluía o de civilizar os índios. Entenda-se civilizar por submetê-los aos ditames da integração à sociedade, o que significaria perda do seu espaço natural e disponibilidade de mão-de-obra barata dentro ou fora das

aldeias indígenas (Lata 1843 A. APMT). Os indígenas de Mato Grosso, desde o início do século XIX, conheceram a estratégia de submissão também sob a forma de recrutamento que foram realizados a partir de sugestões contidas em documentos oficiais, relatórios informativos de viagens, diários, memórias, dentre outras fontes. (VASCONCELOS, 1999: 29-31).

Em 1845, uma das estratégias sustentadas pelo *Regulamento Acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios* e, em 1850 pela chamada Lei de Terras, foi a política de deportação e concentração dos índios pela remoção e reunião de diferentes grupos, em aldeamentos criados a partir de interesses locais, regionais ou nacionais. Em alguns casos, os índios eram tirados de seus territórios tradicionais e confinados em regiões de frentes pastoris ou agrícolas, em locais de rotas fluviais como foi em Mato Grosso; em aldeamentos que favoreceriam os tropeiros ou junto às instalações militares. Os resultados com frequência eram negativos, quando se decidia pela concentração de grupos étnicos tradicionalmente rivais (CARNEIRO DA CUNHA, 2002:144).

Como parte das estratégias utilizadas como instrumento de *civilização* nas escolas criadas nas aldeias, estava a música, a língua portuguesa, a religião católica, e também foram criadas escolas de artes e ofícios para os adultos, visto que o trabalho indígena não era considerado na compreensão do colonizador, o ensino da disciplina e boas maneiras, especialmente, às crianças nativas, o oferecimento de brindes aos índios através dos Diretores de aldeias, dentre outros tantos meios (VASCONCELOS, 1999: 40, 41 e 43). Cabia aos índios a disposição para se sujeitarem às estratégias civilizatórias impostas, pois o discurso dos governantes estava representado pela necessidade de civilizar o *gentio*, seja pelo uso da religião ou da razão, da verdade do não-índio. Tais aspectos eram ideais para uma convivência sadia para a viabilidade do projeto de integração político-econômica nas terras do Exército brasileiro.

As experiências de catequese (religião x trabalho) desenvolvidas até então sob a responsabilidade dos religiosos capuchinhos foram desarticuladas desde o início da invasão, como se constata pela afirmação do Diretor Interino:

(...) nada posso dizer a respeito das aldeias de Bom Conselho, em Albuquerque e Normal, em Miranda, porque tendo sido invadida toda a fronteira do sul pelas forças paraguaias, que se apoderou daqueles pontos. (Lata 1865-E. APMT).

O parecer favorável da igreja, no século XIX, a respeito da atuação dos grupos indígenas na Guerra com o Paraguai; deduz-se, a partir de análise contextual do período, que

não havia sérias restrições a respeito. Desde os meios apontados por José Bonifácio e submetidos à Assembléia Constituinte em 1823, com a proposta de integração dos índios ao Estado Nacional brasileiro, já se percebia o comum acordo entre os missionários e os comandantes dos presídios militares no sentido de os religiosos terem o apoio dos militares, caso fossem desrespeitados pelos indígenas (VASCONCELOS. 1999: 39-40).

Índigenas de diversas etnias, ainda no Setecentos, foram organizados e treinados militarmente pelas organizações jesuíticas. Esses missionários precavam-se contra as invasões das suas reduções, pela disputa da mão de obra indígena (MEIRELES, 1989:10 e 11). neste sentido é que Vasconcelos (1998) já havia dito com propriedade que (...) as relações entre conquistadores e índios não podem ser vistas como homogênicas (VASCONCELOS, 1999: 58). Os projetos de catequese representavam a tentativa de domínio dos conquistadores em relação aos considerados seres necessitados de civilização, ou seja, os indígenas.

Na Província de Mato Grosso, foram denominadas de Aldeia Regular, as missões existentes após o Decreto de 1845. Eram estabelecimentos oficiais existentes em cada Província onde havia um diretor geral dos índios e em cada aldeia um diretor subordinado ao diretor geral da Província. Nos aldeamentos havia tesouraria, almoxarifado, áreas de cultivo, um pequeno comércio e, às vezes, um enfermeiro cirurgião. As missões eram administradas pelos missionários sob as diretrizes do Regulamento de Catequese (1845), através do ensinamento cristão e com base em atividades específicas para homens e mulheres; o que SILVA (2004) denomina de *procedimentos para desmobilizar as ações dos índios*.

As fontes manuscritas indicam a existência de conflitos entre índios e administradores. Os índios que resistiam ou revoltavam-se contra os diretores das aldeias, sob qualquer circunstância, eram punidos. Os Diretores recebiam as nomeações dos presidentes de Província para exercer as funções de administradores e catequistas junto aos grupos indígenas aldeados pela jurisdição da Diretoria Geral dos Índios.

Segundo consta no ofício de 31 de março de 1862, enviado ao conselheiro Herculano Ferreira Penna, presidente da Província, por João Batista de Oliveira, diretor geral dos índios, no quartel militar na vila de Miranda foram entregues pelo diretor da aldeia, uns vinte índios para serem punidos por desacatos à liderança do diretor. O empenho pela execução do castigo, segundo João de Oliveira, seria para que tal abuso não mais ocorresse. Não há declarações nas narrativas, sobre as motivações das ações de resistência dos índios; (Livro 191, 1860-1873, APMT).

A análise dessa questão remete à idéia de que como qualquer outro povo que se tornara cativo, como os negros no Brasil, os índios também resistiram ao que lhes fora

imposto. “Violência física, mortes e exposição a humilhações fizeram com que inúmeros índios de Albuquerque e outras partes da fronteira oeste mato-grossense fugissem para lugares mais seguros”. Os indígenas foram povos subjugados, disso não se deve esquecer, mas pela trilha da história, pode-se perceber a luta deles para sobreviver e perpetuar suas culturas. Visto que a Guerra com o Paraguai foi um evento, sob diversas circunstâncias, estranho aos interesses indígenas; eles se viam empurrados para ela por meio de alistamento arbitrário (LEOTTI, 2001: 40-42).

Os indígenas que foram envolvidos na defesa do território mato-grossense submeteram-se às ordens militares e, em grande parte, conduziam-se pelos limites determinados pela superioridade militar dos não-índios. No entanto, permaneceu a resistência indígena pela integridade cultural de sua gente. Desde as primeiras décadas do século XIX, com o intuito de sustentar a ordem no interior do Império, foi intensificado o recrutamento de braços servis, a exemplo dos indígenas recrutados para servir no Arsenal da Marinha da Corte. Suas forças tornaram-se necessárias e foram então indicados para atuar nos combates.

Em verdade, as sociedades indígenas aos olhos dos conquistadores permaneciam como primitivas; porém, necessárias. Sem vozes representativas e desterrados de seus territórios, de seus espaços, de suas crenças e de suas formas de vida. Quando se afirmava que os nativos prestavam serviços à sociedade, em suma se dizia o quanto a estratégia da submissão e negação de uma cultura estava se confirmando.

Daí, a estratégia prática administrativa da nomenclatura índios *mansos*, aplicável aos grupos étnicos agricultores, coletores ou caçadores e índios ferozes, os representados pelos guerreiros, especialmente das regiões de fronteiras. Os índios considerados ferozes eram os que se esquivavam da tentativa de integração da política portuguesa de atraí-los e torná-los submissos a um sistema de leis que não significava seus interesses; enquanto povos diferenciados não se curvavam à vida agrícola e, nas aldeias, continuavam o cotidiano das caçadas.

Partindo dessas considerações, pretende-se agora evidenciar os diversos olhares, ao tratar da representação da prática militar dos grupos indígenas que foram envolvidos nos combates com os paraguaios, ao lado dos brasileiros e aliados.

Neste estudo a proposta de narrativa da história é a da representação do índio na sua relação com o não-índio de sujeito/sujeito e não sujeito/objeto. Assim, aborda-se sobre o que Roger Chartier considera como principal objeto da História Cultural “(...) identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990: 17).

Os Guaikurú, índios guerreiros, após conhecerem os cavalos, tornaram-se eqüestres e ainda mais habilidosos em suas conquistas, *demonstrando total domínio sobre os seus animais*. Esse domínio porém, no cotidiano, levou-os a depender da utilização desses animais, que passaram a ser amestrados visando aos períodos de guerra; essa estratégia facilitou a esse grupo indígena o empreendimento guerreiro ao contar com animais ligeiros e fortes. Conforme H. Schindler (1983), citado por COSTA (2003), “(...) O cavalo converteu-se no principal bem dos Mbayá (...) passou até a fazer parte dos rituais fúnebres [e significou] uma substancial mudança cultural e política frente às populações indígenas agricultoras” (COSTA. 2003:215).

Os Guaná, continuamente representados como pacíficos e hospitaleiros, prestavam serviços de navegação, praticavam atividades de caça, pesca, criação de gado para o consumo da carne e cultivavam ainda, arroz, cana e batatas. Antes da invasão paraguaia chegavam a expor os excedentes de seus produtos, vendendo-os ou permutando-os por fazendas, ferramentas, aguardente, armas de fogo, pólvora, chumbo, gado vacum e cavalos. Fabricavam redes, panos, cintos e suspensórios. Existiam duas aldeias em Albuquerque e outra nas imediações da capital, Cuiabá. Os Guaná de Albuquerque foram levados como prisioneiros para o Paraguai e lá grande parte deles morreu (NDIHR-UFMT, Documento 35-47. 1865-1875. p. 140).

Desde os tempos coloniais, interessava aos portugueses manter boas relações com os Mbayá para assegurar maior tranquilidade às expedições que navegavam nos rios da bacia pantaneira em direção a Cuiabá. Conquistando mais e mais a confiança desse grupo, os portugueses tentavam evitar as constantes pilhagens nos seus domínios de Miranda, Coimbra e Albuquerque, além de impedir a expansão da colonização espanhola na região do Alto Paraguai (COLINI, 1894: 266). A estratégia principal foi o estabelecimento dos serviços de catequese que incluía, além do ensino religioso, o incentivo à criação de gado e agricultura no interior das reduções indígenas.

Ao participarem da defesa da Província de Mato Grosso, quando a região entre os rios Apa e Blanco, em dezembro de 1864, foi ocupada pelos paraguaios, os indígenas puderam revelar sua função na formação do Estado Nacional Brasileiro (VASCONCELOS. 1999: 86). Os que atuaram na Guerra com o Paraguai, do lado brasileiro, são oriundos da região do Chaco e desde o Século XVI vinham migrando para a região do Pantanal, considerado um marco de limite natural para as populações indígenas daquele espaço geográfico.

Desde as aventuras de conquistas dos colonizadores e no período do conflito, os índios tornaram-se guias para os combatentes porque, sabiam caminhar por frondosos matagais ou lagos sem trilhas previamente abertas (Caixa 1842, 18 de fevereiro de 1842, APMT). Eles trabalhavam como protetores civis dos que tentavam sobreviver junto aos refúgios dos índios em meio às matas fechadas ou aldeias, em territórios da província mato-grossense e não queriam ser alvos do inimigo paraguaio.

Os índios também foram auxiliares na função de informantes das autoridades brasileiras sobre acontecimentos relativos aos vizinhos paraguaios e bolivianos, na disputa pela demarcação de fronteiras. Em caso de contatos dos conquistadores com grupos indígenas ainda desconhecidos ou arredios; os próprios índios foram utilizados como intérpretes, ou mesmo como pacificadores. Nesse sentido tornaram-se contingentes cortejados e diversas foram as ações visando ao enquadramento dos índios aos propósitos do lucro. Outras formas de utilização da força indígena são relatadas em trabalhos como o de fornecer lenha para os vapores e como remeiros, especialmente para transporte de pessoas ou cargas comerciais (CARNEIRO DA CUNHA, 1992: 137). Constatou-se esse indício de prestação de serviço no Relatório apresentado ao presidente da Província, conselheiro Herculano Ferreira Penna, pelo diretor geral dos índios, João Batista de Oliveira, em 28 de abril de 1862, nos seguintes termos: “(...) estes índios já prestam à sociedade diversos trabalhos, como sejam o de agricultura, como camaradas dos que a isso se dedicam, e como remadores das canoas empregadas na navegação desta capital, aos postos do baixo Paraguai” (Diretoria Geral dos Índios 1860-1873. Livro 191. APMT).

A entrega de patentes como reconhecimento do Império aos serviços militares prestados pelos indígenas já era prática conhecida bem antes do período da guerra dos países platinos com o Paraguai. Os registros manuscritos indicam que no mês de abril de 1850, diversos índios do grupo Guaná receberam patentes de oficiais através da Diretoria Geral dos Índios. Também em 30 de abril de 1859, o Diretor Geral dos Índios João Batista de Oliveira, solicitou do presidente da Província, o general Joaquim Raimundo De Lamare a promoção de três índios do grupo Guaná pela antiguidade dos militares índios nos postos em que serviam e pelos serviços prestados ao povo Guaná (Lata 1850- A, em 23 de abril de 1850, APMT). Os índios também foram utilizados nas fileiras do contingente que participou do confronto e executaram outros serviços, como por exemplo de coveiros, especialmente, nos primeiros anos de guerra.

Na opinião de Jorge Eremites de Oliveira, ao se comparar a territorialidade dos Guató, percebe-se que o surgimento de povoados, fortes militares e fazendas, epidemias e

conflitos pela permanência na região, ou seja, o surgimento das frentes de colonização, muito prejudicou e fez com que diminuísse a população desses índios. Sobreviveram, majoritariamente, até a primeira metade do século XIX, como habilidosos canoieiros entre os rios Paraguai, São Lourenço e Cuiabá (EREMITES DE OLIVEIRA, 1996: 65-66).

Espera-se ter sido clara a compreensão sobre a participação do índio no conflito não impulsionado pelo sentimento patriótico brasileiro, como qualquer outro soldado do front mas, devido aos seus próprios objetivos enquanto povo com cultura, valores e interesses diferenciados. Características não respeitadas antes e tampouco durante a contenda com o Paraguai. O que não se pode silenciar é sobre o fato de que muito se deve à força indígena, o resultado da vitória contra o Paraguai. Força importante, necessária e por que não dizer até insubstituível, somada à força representativa de outros grupos étnicos como dos negros, em campos de guerra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A) Fontes Manuscritas

- Caixa 1842, 18 de fevereiro de 1842, APMT. Cuiabá/MT
- Documentos Microfilmados, 35-47, 1865-1875, NDIHR, UFMT, Cuiabá/MT.
- Lata 1840. 13 de novembro. APMT. Cuiabá/MT.
- Lata 1843 A. APMT. Cuiabá/MT.
- Lata 1850 C, índios Guaikurú. APMT. Cuiabá/MT.
- Lata 1865-E. 28 de março. APMT. Cuiabá/MT.
- Livro 191, 1860-1873, Diretoria Geral dos Índios. APMT. Cuiabá/MT.

B) Livros

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (Org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Editora Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. AS, 1990.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. **Guató-Argonautas do Pantanal**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

MEIRELES, Denise Mald. **Guardiães da Fronteira**. Petrópolis – Rio de Janeiro: Editora

Vozes, 1989.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. **A questão indígena na Província de Mato Grosso: Conflito, trama e continuidade**. Campo Grande – MS: Editora UFMS, 1999.

C) Artigo

COSTA, Maria de Fátima. “Personagens Fronteiriços”. In: **Fronteiras, Paisagens, Personagens, Identidades**. Franca: UNESP; São Paulo: Editora Olho d’água, 2003: 185-223.

D) Dissertações

LEOTTI, Odegar. **Labirinto das almas**. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, 2000. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Giovani José da. **A construção física, social e simbólica da reserva indígena Kadiwéu (1899 – 1984): Memória, identidade e história**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS – Campus de Dourados, 2004. Dissertação de Mestrado.